

A LUDICIDADE NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PROFESSORA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Data de aceite: 05/02/2025

Aline Patricia Campos Tolentino de Lima

Doutorado em Educação
Instituição de formação: Universidade de São Paulo (USP)
Endereço: Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil

Henrique de Candia Reis

Mestrado em Educação
Instituição de formação: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Endereço: Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo por meio da perspectiva da inclusão escolar que é uma temática de grande relevância no âmbito da educação contemporânea, esse processo se faz necessário devido as grandes transformações que a sociedade enfrenta no ambiente escolar.

É importante pensar sobre as formas de inclusão que podem colaborar para a formação integral dos alunos, a ludicidade se mostra como uma ferramenta

de grande valor para ampliar a participação de todos os alunos no cotidiano escolar.

Essa temática se justifica em decorrência das potencialidades que a ludicidade proporciona como recurso didático de inclusão, em especial, para os alunos deficientes no contexto escolar. A ludicidade consiste em uma importante forma de trabalhar o ensino-aprendizagem na Educação Especial, sendo que por meio dela a criança é capaz de desenvolver-se de forma global.

O objetivo geral deste estudo foi compreender como a ludicidade contribui para o processo de aprendizagem em uma perspectiva de inclusão no contexto escolar. Portanto, será apresentado no referencial teórico aspectos da educação inclusiva e ludicidade que posteriormente serão discutidos a partir do relato de experiência de práticas pedagógicas de uma professora de atendimento educacional especializado (AEE).

No próximo item, será apresentado a fundamentação teórica em que este

estudo está ancorado na perspectiva de educação inclusiva e ludicidade no processo educativo.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação inclusiva

A educação inclusiva abrange todos os educandos no processo de aprendizagem e ensino em contexto escolar, e cabe a instituição escolar promover essa inclusão de forma efetiva respeitando a diversidade humana e o direito de todos terem uma educação de qualidade.

A inclusão é uma palavra latina “*inclusionem*”, que significa ato ou efeito de incluir (HOUAISS, 2019). Assim, inclusão é incluir o que está de fora de algo, ou seja, permitir ou facilitar o seu acesso ao bem comum. No âmbito educacional, esta ideia implica encarar a escola como um espaço onde bebês, crianças e jovens têm lugar para aprender e adquirir conhecimento bem como desenvolver-se enquanto pessoa.

“A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral” (MANTOAN, 2003, p.16).

A educação inclusiva pode ser considerada quando existe um conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino com a finalidade de adequar a realidade das escolas à realidade do educando, onde essa deve representar toda a diversidade humana, em que nenhum aluno é excluído (LOUREIRO et al., 2021).

Os estudos apontam que a inclusão vem sendo feita de maneira gradativa no âmbito escolar, que se tornaram significante após a Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais de 1994, em que o conceito de escola inclusiva mostrou as preocupações com os indivíduos excluídos das escolas.

O conceito de inclusão é muito amplo, mas pode ser definido como um processo educacional que avança passo a passo, como uma interação de forma dinâmica, ou poderia ser dito que inclusão como sendo um processo de mudanças, que respeita as diferenças dos indivíduos, oferecendo a eles, respostas a suas singularidades e necessidades. A inclusão parte de um pressuposto que não há indivíduos iguais aos outros, mas são as diferenças que caracterizam os seres humanos entre si (BEYER, 2005).

Um movimento que vem se fortalecendo e crescendo no Brasil é a inclusão escolar que está impulsionando a inserção de alunos com deficiência no contexto do ensino comum. Esse processo tem provocado a reflexão daqueles envolvidos no processo educacional, principalmente com relação à reorganização da escola para o atendimento dessas crianças.

Ainda se encontra muitos casos de exclusão e isso acontece em qualquer ambiente. De acordo com Mantoan (2003, p. 18):

Excluir então os que ignoram conhecimento que ela valoriza, e, assim entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogos entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam até então dentro dela.

A inclusão escolar tem amparo da legislação e mesmo com todo esse amparo existem falhas e preconceito, pois é preciso romper com as ideias que sustentam a organização da escola por muitos anos.

Para Mantoan (2003, p. 35) a lei muitas vezes não é entendida e acaba sendo distorcida. A inclusão não é simplesmente a inserção dos bebês e crianças com deficiência no ensino regular sem o respeito e atendimento à sua condição diferenciada.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) em um de seus artigos garante a igualdade a todos, quando defende a educação. De acordo com esse documento todos têm direito de frequentar uma instituição de ensino, seja pessoa com deficiência ou não. Assim, é dever da escola, com o respaldo da Constituição garantir educação a todos os alunos, sem excluir ninguém.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 define a Educação Especial como modalidade de ensino que deve ser ofertada preferencialmente na rede regular para pessoas com deficiência, devendo ter apoio do serviço especializado para atender às necessidades dos alunos com deficiência. No ano de 1999 na Guatemala foi publicado um documento, a “Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência”. De acordo com essa Convenção não poderá ocorrer nenhuma forma de discriminação entre as pessoas. A convenção da Guatemala (1999) define a discriminação como:

[...] toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (Art. 1º, nº2 “a”).

A Convenção foi de grande importância para amparar as escolas em relação à inclusão escolar, ainda está no início da implementação deste movimento no Brasil, pois ela reforçou a igualdade plena entre pessoas, formação de cidadania e o respeito à diversidade e o desenvolvimento humano.

Para Rosa (2008) a educação inclusiva é a garantia de acesso contínuo ao espaço da escola por todos, assim leva a sociedade a criar situações de acolhimento à diversidade humana e aceitação das diferenças individuais, representando assim um esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, isso vai de acordo com a Declaração Salamanca (BRASIL, 1994, p.61):

[...] o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades

ou diferenças que possam ter. as escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículos apropriados, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade.

É preciso que o trabalho de Educação Inclusiva seja implementado gradualmente tanto na educação especial quanto no ensino regular, para que possam ir se adequando a esta nova realidade, construindo políticas, práticas institucionais e pedagógicas que garantam a qualidade de ensino não só para os alunos com necessidades educacionais especiais, como para todos os alunos do ensino regular (ROSA, 2008, p. 277).

A inclusão propõe uma modificação na organização do ensino, na formação dos professores e na estrutura da escola para estar preparada para receber a criança com deficiência, mas não basta a instituição ser equipada se ela não puder contar com profissionais conscientes das necessidades dos alunos e do compromisso com a aprendizagem de todos.

Nesse processo a instituição educacional assume um papel fundamental na organização da educação inclusiva e na formação das pessoas em relação ao respeito às diferenças. Para que as próximas gerações estejam preparadas para viver sem preconceito, sem desigualdade é fundamental que as escolas melhorem suas condições de ensino, de formação e estrutura física, garantindo o acesso de todos ao ensino (MANTOAN, 2003). Sendo assim, a escola deve assumir o compromisso com a educação inclusiva desde seu projeto pedagógico.

Rosa (2008) afirma que o aperfeiçoamento das práticas docentes, redefine novas alternativas que favorecem todos as crianças. A busca de novas metodologias é um dos caminhos a ser descoberto e a ser experimentado pelos professores.

Portanto, as escolas passam a ser denominadas de inclusivas quando decidem aprender com os educandos em uma perspectiva inclusiva, mudando a postura de concepção de uma educação tradicional e fragmenta para uma educação que repense o processo de ensino pelas atitudes, visões, organização e medidas de operacionalização das atividades educacionais.

2.2 Ludicidade no processo de ensino e aprendizagem

Para se definir ludicidade pode-se afirmar que lúdico é aquilo que promove o prazer e a alegria. Portanto, a ludicidade é uma atividade que gera alegria no sujeito por meio das interações com o meio e com o outro.

A definição da palavra lúdico é relativo a jogo e a brincadeira (HOUAISS, 2019) portanto remete-se aos jogos e brincadeiras, sejam esses de competições, cooperação, recreação, teatro, jogos, entre outros. A ludicidade pode ser o ato da criança em uma atividade fazendo o uso de objetos, brinquedos, que promovem prazer à criança.

O aspecto lúdico é um instrumento de grande relevância para o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. Levando em consideração o fato que as crianças vivem em um mundo de fantasias e encantamento, onde a imaginação e a realidade se combinam, essa técnica colabora auxiliando a idealizar o pensamento, fazendo com que a criança passe a ter mais concentração, além de desenvolver seu campo social, cultural e pessoal (LOUREIRO et al., 2021, p.5).

O lúdico possibilita o desenvolvimento global por meio das descobertas e da habilidade criativa da criança que passa se expressar melhor, analisar, comentar e fazer a interação entre fantasia e realidade. Portanto, a ludicidade pode contribuir de forma significativa processo de ensino e aprendizagem para uma formação integral e crítica dos alunos.

Em relação ao conceito de jogos compreende a ludicidade, a alegria, o prazer, a competição, e a tensão (Oliveira, Silva, 2017). E a competição se faz presente no jogo quando existe a disputa entre os participantes que tentam superar os desafios obedecendo às regras, mas o prazer, o divertimento e o brincar são predominantes no desenvolvimento do jogo.

No jogo por meio da sua ludicidade se caracterizam também a ordem, a tensão, a alegria, o movimento, a mudança, o ritmo e o entusiasmo remetendo os participantes para um mundo diferente, o que leva a criança a tenta superar os seus próprios desafios e servindo como um elemento motivador para sua aprendizagem.

O jogo deve ser reconhecido para os educadores como um importante recurso didático, que pode contribui para a prática pedagógica de forma criativa, inovadora e prazerosa para as crianças, aproximando, assim, o aprender pelo brincar.

O jogo tem um papel muito importante no processo de desenvolvimento infantil, pois por meio de sua vivência a criança pode aprender de forma divertida, exercitando sua imaginação, fantasia e criatividade. “Para utilizar o jogo como ferramenta didática, em todas as dimensões, o professor, ao organizar e planejar sua prática pedagógica, deve encaminhar e selecionar aqueles jogos que estiverem de acordo com os objetivos e os conteúdos que serão desenvolvidos” (MARINHO et al., 2017, p. 94).

É imoportante também que o professor planeje o jogo considerando alguns aspectos como: o grau de complexidade (para as crianças menores o jogo tem que ser de fácil compreensão e ter regras simples), o caráter desafiador, o interesse do aluno, o número de participantes, o espaço disponível e o material didático.

Para criança se interessar pelo jogo ela precisa conhecê-lo, suas regras e seus limites, assim, experimentando, investigando, explorando, manipulando, aprendendo, mas também tendo o prazer da descoberta e da realização pessoal.

2.3 A importância do lúdico como prática inclusiva

Na atual sociedade contemporânea na medida que se refletem sobre o processo de ensino e aprendizagem pautado em práticas inclusivas, as atividades lúdicas são de grande relevância para a promoção de um desenvolvimento integral dos alunos, independente se têm ou não alguma deficiência.

Os jogos educativos contribuem para a ampliação dos conhecimentos de forma lúdica, criando novos desafios que motivam os alunos aprenderem de forma significativa. Além, de promover também a socialização no ambiente escolar no ato de brincar e jogar coletivamente em que todos interagem.

Brincar, jogar, fazer pinturas, entre outras atividades consistem em algo natural e universal do ser humano, envolvem atividades que geram alegria, diversão e prazer para todos aqueles que estão envolvidos na ação, além de contribuir de forma significativa para o desenvolvimento físico, intelectual, emocional, social do sujeito. Essas atividades lúdicas se fazem presentes em todas as classes sociais, onde crianças de várias idades brincam e se divertem por meio da ludicidade (LOUREIRO et al., 2021, p.10).

O brincar faz parte do universo de qualquer criança, indiferente das especificidades é um direito da criança se desenvolver por meio da atividade do brincar. O jogo como recurso didático garante oportunidades de socialização e interação para todos.

O papel do educador é fazer a mediação promovendo o entendimento da criança e a interação daqueles que tenham dificuldades de concentração ou participação para que o jogo possa realmente desenvolver a atenção do educando, colaborando para o seu desenvolvimento integral.

O lúdico pode ser uma estratégia de desenvolvimento da atenção e concentração, sendo esse um fator essencial para o processo de aprendizagem, além de despertar o respeito, a confiança e uma melhor relação de aproximação no grupo (LOUREIRO et al., 2021).

No próximo item, será tratado os aspectos metodológicos deste artigo que aborda o relato de experiência de uma professora de atendimento educacional especializado com práticas voltadas para a ludicidade.

3 | METODOLOGIA

Os aspectos metodológicos deste estudo trata-se da fundamentação teórica fundamentada na ludicidade e educação inclusiva e também o relato de experiência da autora que atuou como professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ano letivo de 2020 na rede pública de ensino, com alunos de uma turma do quinto ano do Ensino Fundamental.

Os autores Mussi, Flores e Almeida (2021) afirmam que o relato de experiência como expressão escrita de vivências, contribui para a produção de conhecimentos das mais variadas temáticas, é reconhecida a importância de discussão sobre o conhecimento.

O relato de experiência em contexto acadêmico busca a descrição da experiência vivida e a sua valorização por meio do esforço acadêmico-científico explicativo, por meio da aplicação crítica-reflexiva com apoio teórico-metodológico. Portanto, será apresentado e discutido na próxima seção experiências sobre como o recurso lúdico e suas contribuições para o processo de aprendizagem para realmente tornar a inclusão possível no espaço escolar.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados que serão apresentados referem-se ao atendimento educacional especializado do aluno de nome fictício Pedro, respeitando a garantia do sigilo e os aspectos éticos, o aluno Pedro na época estava com quatorze anos e frequentava o quinto ano do Ensino Fundamental. O aluno estava matriculado na mesma unidade escolar da rede pública do interior paulista, desde o primeiro ano, apresenta comprometimento no desenvolvimento físico e no desenvolvimento cognitivo em relação a sua faixa etária, porém conseguia se comunicar e expressar suas vontades.

Uma característica do aluno Pedro é que ele adorava fantoches, tinha o hábito de trazer de casa um fantoche de meia que a mãe fazia para ele. Já se destaca o fator lúdico no prazer e alegria em brincar com o fantoche, em alguns momentos o aluno Pedro pedia para que eu pegasse o fantoche e brincasse com ele, percebi durante esse período o recurso lúdico do fantoche, despertava alegria e acalmava ele fazendo também com que se sentisse mais seguro no ambiente escolar.

Percebendo o fantoche como um recurso lúdico, organizava sessões de contação de história para o aluno Pedro utilizando fantoches de meias despertando o seu interesse, concentração por meio da fantasia e imaginação, contribuindo para a compreensão de suas emoções como medo e angústias, na resolução dos seus conflitos emocionais internos e aliviando sobrecargas emocionais.

Nos processos educativos a inclusão educacional tem como premissa a valorização da diversidade humana de modo a preservar a liberdade, a criatividade e a singularidade do aluno para o aperfeiçoamento integral das suas potencialidades (PRESTES, 2017, p.36). Quando o professor tem um olhar sensível para as características pessoais, como no caso do Pedro que demonstrou o interesse pelos fantoches, e a professora potencializou este recurso lúdico para proporcionar experiências de aprendizagem significativas ao aluno.

Em alguns momentos da rotina escolar frequentávamos a sala de atividades de AEE, em que tinha disponível jogos e materiais lúdicos. O aluno Pedro gostava muito de brincar com jogos de encaixe, o jogo *“Cada macaco no seu galho”* era um dos seus preferidos. Quando o Pedro fazia o movimento de encaixar e desencaixar, conforme registro fotográfico abaixo, além estava desenvolvendo aspectos cognitivos, como sua atenção e concentração e também o seu desenvolvimento motor.

Figura 1. Registro fotográfico do jogo “Cada macaco no seu galho”



Fonte: Autora, 2020.

O jogo pode-ser utilizado como recurso didático como uma estratégia de promoção do desenvolvimento da atenção e concentração, conforme o relato acima de forma prazerosa contribui para o processo de aprendizagem dos alunos.

Quando o foco do processo do aprendizado é o aprendiz, a escola confirma os fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão. Valorizar o aluno, sem desvalorizar as técnicas e os recursos educacionais, para que as atividades escolares promovam novas formas de aquisição das funções psíquicas cognitivas (PRESTES, 2017).

Também para contribuir com o processo de alfabetização do aluno Pedro, utilizávamos o alfabeto móvel para identificar as letras do seu nome. É importante ressaltar que sempre que se apresentava um recurso lúdico novo, seja um jogo ou material didático, despertava o interesse do aluno motivando a participar da atividade de forma interativa. Segue abaixo o registro fotográfico do momento com o alfabeto móvel colorido, tentando identificar as letras do seu nome próprio:

Figura 2. Registro fotográfico com alfabeto móvel



Fonte: Autora, 2020.

Também utilizávamos o jogo Torre de Hanói como um recurso didático e lúdico que é um jogo que consiste em passar todos os discos do primeiro para o último pino, usando os demais pinos como auxiliares, de maneira que um disco de raio maior nunca fique em cima de outro menor. Este jogo tem como objetivo desenvolver o raciocínio lógico-matemático, o senso de organização e utilização de estratégias.

O lúdico tem grande valor educativo e pode ser utilizado na escola como um dos recursos didáticos no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo com o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas (MARINHO, 2017, p.83).

Em todos momentos da rotina escolar do aluno Pedro em que tínhamos vivências e experiências por meio da ludicidade, observa-se o interesse e motivação do aluno em participar das atividades propostas. Inclusive o aluno Pedro, sempre pedia várias vezes para que jogasse novamente.

O universo da fantasia da criança não pode ser desconsiderado no seu processo educativo, em especial, quando a questão é conhecer e aprender (Marinho et al., 2012). O ambiente escolar deve ser adequado e oportunizar no processo de ensino e a aprendizagem a utilização do lúdico como recurso didático nas práticas pedagógicas, criando, dessa maneira, um ambiente que favoreça a aquisição de autonomia e aprendizagem dos alunos de forma significativa.

5 | CONCLUSÃO

Como considerações finais pode-se afirmar que a ludicidade contribui para o processo de educação inclusiva dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, pois, por meio de recursos lúdicos e jogos é possível contribuir para o desenvolvimento cognitivo e motor, conforme o relato de experiência que foi apresentado neste artigo.

De acordo com Mantoan (2003, p.47) é preciso o reconhecimento e a valorização das diferenças, como elemento enriquecedor do processo de ensino e aprendizagem; professores conscientes do modo como atuam, para promover a aprendizagem de todos os alunos; valorização do processo sobre o produto da aprendizagem. E o lúdico pode favorecer para a aquisição de autonomia de forma criativa, quando utilizado como recurso didático e durante o processo de inclusão, as crianças com deficiência devem receber um atendimento de forma humanizada, respeitando suas singularidades, para que dessa maneira, elas possam superar as suas dificuldades.

E como perspectivas futuras, este estudo aponta a importância de estudos científicos que analisem essa relação entre o lúdico e o processo de ensino e aprendizagem para a promoção da inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. **A inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. 1. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 4 de dezembro de 2022.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

GUATEMALA. Assembleia Geral, 29º período ordinário de sessões tema 34 da agenda. **Convenção interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência** (original em espanhol), 1999. Disponível em: <http://www.objetivosdomilenio.org.br>. Acesso em nov.2022.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2019. 973 p.

LOUREIRO, Luciene Lopes de Freitas. Et al. A importância da ludicidade na educação especial inclusiva. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 06, Vol. 11, pp. 176-192. Junho de 2021.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MARINHO, Hermínia Regina Bugeste; MATOS JUNIOR, Moacir Ávila de; SALLES FILHO, Nei Alberto; FINCK, Sílvia Christina Madrid. **Pedagogia do movimento: universo lúdico e psicomotricidade**. Curitiba: Intersaberes, 2012. 122 p.

MUSSI, Ricardo Fraklin de Freitas; FLORES, Fabio Fernandes; ALMEIDA, Cláudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Bahia, v. 17, n. 48, p. 1-18, 1 set. 2021. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Edicoes UESB. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>.

OLIVEIRA, Anié Coutinho de; SILVA, Kátia Cilene da. **Ludicidade e psicomotricidade**. Curitiba: Intersaberes, 2017. 138 p.

PRESTES, Irene Carmen Picone. **Fundamentos da educação especial**. 1ª. Ed. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2017.

ROSA, Suely Pereira da Silva; Delou, Cristina Maria Carvalho; Oliveira, Eloíza da Silva Gomes de. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.